

acordo de não persecução penal

↳ ajuste obrigacional celebrado entre o órgão de acusação e o investigado, devidamente homologado pelo juiz, no qual o indigitado assume sua responsabilidade, aceitando cumprir, desde logo, condições menos severas do que a sanção penal aplicação ao fato a ele imputado.

- pressupostos:**
- infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 anos
 - reparar dano ou restituir a coisa à vítima
 - renunciar voluntariamente a bens e direitos indicados pelo Ministério Público
 - prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas
 - a entidade pública ou de interesse social
 - pagar prestação pecuniária

- não se aplica:**
- nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar
 - ter sido o agente beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração por algum benefício penal
 - se for cabível transação penal
 - se o investigado não for reincidente

competência criminal DA JUSTIÇA FEDERAL

↳ **jurisdição comum:** competência da Justiça Federal

- ▶ os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;
- as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º deste artigo;
- os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;
- os "habeas corpus", em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;
- os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;
- a disputa sobre direitos indígenas;

ação penal pública

↳ titularizada pelo MP

A ação penal pública é um instrumento utilizado pelo MP para postular ao Estado a aplicação de uma sanção decorrente de uma infração penal.

ação penal pública incondicionada → A regra é que a ação penal seja pública incondicionada. Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do MP.

ação penal pública condicionada → pode ser condicionada à representação do ofendido ou à requisição do MP.

↳ A representação do ofendido é uma condição específica de procedibilidade que consiste em qualquer manifestação inequívoca da vontade de deflagrar a persecução penal em si.

ação penal privada

↳ A ação penal de iniciativa privada é **titularizada pelo ofendido ou pelo seu representante legal**, que a promoverá mediante **queixa-crime**, seguindo todos os requisitos da denúncia - exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-la, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas - e **por intermédio de advogado**.

► **ação penal privada propriamente dita**: a ação penal propriamente dita é a **regra entre os crimes de ação penal privada**. O seu titular é o ofendido ou o seu representante legal, em caso de sua **morte** ou declaração de ausência por decisão judicial, a legitimidade ativa da ação penal passará pl o seu cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

► **ação penal privada personalíssima**: é diferente da ação anterior porque, nela a **morte** da vítima não permite que a titularidade da ação seja passada pl os seus sucessores.

► **ação penal privada subsidiária da pública**: **pode ser proposta nas situações em que o MP, titular da ação penal pública, fica inerte por meio de mais tempo do que a lei autoriza**, sem oferecer a denúncia, requisitar novas diligências, declinar a competência, suscitando conflito de competência, e nem requerer o arquivamento do inquérito.